

Balanço:

2020

		(Montantes expressos em euros)	
ATIVO		31 Dezembro 2019	31 Dezembro 2018
	Notas		
<b>ATIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	496 921,01	521 369,59
Ativos intangíveis	3	5 859,58	5 339,93
Outros Investimentos Financeiros		3 044,03	1 744,50
<b>Total do ativo não corrente</b>		<b>505 824,62</b>	<b>528 454,02</b>
<b>ATIVO CORRENTE:</b>			
Devedores por Transferencia e Subsídios(POCH+CPN)	14	491 408,91	360 928,08
Estado e outros entes públicos	18	9 559,87	59,36
Outras contas a receber	14	352 899,05	304 412,12
Diferimentos (Gastos a reconhecer)		3 714,94	3 162,88
Caixa e depósitos bancários		3 370,17	35 515,44
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>860 952,94</b>	<b>704 077,88</b>
	<b>Total do ativo</b>	<b>1 366 777,56</b>	<b>1 232 531,90</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO</b>			
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO :</b>			
Património / Capital	18	20 000,00	20 000,00
Reservas	18	10 933,65	10 933,65
Resultados transitados	18	256 400,47	189 514,75
Outras Variações Patrimonio Liquido	18	431 433,36	469 038,51
		<b>718 767,48</b>	<b>689 486,91</b>
Resultado líquido do período		27 585,68	66 885,72
<b>Total do Património Líquido</b>		<b>746 353,16</b>	<b>756 372,63</b>
<b>PASSIVO NAO CORRENTE:</b>			
Financiamentos obtidos	6	3 930,96	
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>3 930,96</b>	
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Fornecedores	18	208 920,39	1 889,42
Adiantamentos de Clientes, Contribuintes e Utentes (POCH	14	281 960,95	287 640,68
Estado e outros entes públicos	18	20 859,47	20 494,02
Financiamentos obtidos	6	4 843,43	
Outras contas a pagar	18	99 909,20	166 135,15
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>616 493,44</b>	<b>476 159,27</b>
	<b>Total do passivo</b>	<b>620 424,40</b>	<b>476 159,27</b>
<b>Total do Património Líquido e do Passivo</b>		<b>1 366 777,56</b>	<b>1 232 531,90</b>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2019

O Contabilista Certificado

*Valdemar Jorge Azevedo Veloso*  
Valdemar Jorge Azevedo Veloso

O Conselho de Administração

*Bruno Alberto Vieira Fernandes*  
Bruno Alberto Vieira Fernandes

*Maria Gabriela Cunha Baptista Rodrigues Fonseca*  
Maria Gabriela Cunha Baptista Rodrigues Fonseca

*José Manuel Costa da Silva*  
José Manuel Costa da Silva

Póvoa de Lanhoso, 30 de Abril de 2020

Demonstração das alterações no Património Líquido



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO  
NO PERÍODO 2019

	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total do património líquido
Posição no início do período 2019	18	20 000,00	10 933,65	189 514,75	469 038,51	66 885,72	756 372,63
Alterações no período:							-
Outras alterações reconhecidas no património líquido:							-
Imputação de Subsídios ao Investimento	18				(37 605,15)		(37 605,15)
Aplicação de Resultado do exercício anterior	18			66 885,72		(66 885,72)	-
		<u>20 000,00</u>	<u>10 933,65</u>	<u>256 400,47</u>	<u>431 433,36</u>	<u>-</u>	<u>718 767,48</u>
Resultado líquido do período						27 585,68	27 585,68
Resultado integral						27 585,68	746 353,16
Posição no fim do período 2019		<u>20 000,00</u>	<u>10 933,65</u>	<u>256 400,47</u>	<u>431 433,36</u>	<u>27 585,68</u>	<u>746 353,16</u>

(Montantes expressos em euros)

O Contabilista Certificado  
Valdemar Jorge Azevedo Veloso

O Conselho de Administração  
Bruno Alberto Vieira Fernandes  
Maria Gabriela Cunha Baptista Rodrigues Fonseca  
José Manuel Costa da Silva

Póvoa de Lanhoso, 30 de Abril de 2020

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO  
NO PERÍODO 2018

	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total do património líquido
Posição no início do período 2018	18	20 000,00	10 933,65	99 329,49	506 643,71	90 185,26	727 092,11
Alterações no período:							-
Outras alterações reconhecidas no património líquido:							-
Imputação de Subsídios ao Investimento	18				(37 605,20)		(37 605,20)
Aplicação de Resultado do exercício anterior	18			90 185,26		(90 185,26)	-
		<u>20 000,00</u>	<u>10 933,65</u>	<u>189 514,75</u>	<u>469 038,51</u>	<u>-</u>	<u>689 486,91</u>
Resultado líquido do período						66 885,72	66 885,72
Resultado Integral						66 885,72	756 372,63
Posição no fim do período 2018		<u>20 000,00</u>	<u>10 933,65</u>	<u>189 514,75</u>	<u>469 038,51</u>	<u>66 885,72</u>	<u>756 372,63</u>

(Montantes expressos em euros)

O Contabilista Certificado  
Valdemar Jorge Azevedo Veloso

O Conselho de Administração  
Bruno Alberto Vieira Fernandes  
Maria Gabriela Cunha Baptista Rodrigues Fonseca  
José Manuel Costa da Silva

Póvoa de Lanhoso, 30 de Abril de 2020

Demonstração dos Fluxos de Caixa

*Maria Gabriela*

	Notas	2019	2018
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Recebimentos de clientes / POCH	14	972 196,38	1 130 096,53
Pagamentos a fornecedores e tormandos		-339 482,29	-429 970,82
Pagamentos ao pessoal	19	-506 116,26	-488 462,13
Pagamentos ao pessoal Prestadores de Serviços		-120 963,68	-96 277,31
Caixa gerada pelas operações		5 634,15	115 386,27
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	18	-16 833,41	-20 304,52
<b>Fluxos das actividades operacionais [1]</b>		<b>-11 199,26</b>	<b>95 081,75</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis	5	-14 881,03	-2 917,55
Activos intangíveis	3	-3 683,85	-430,50
Investimentos financeiros			
Outros activos		-18 564,88	-3 348,05
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Juros e rendimentos similares		58,96	50,61
Dividendos		58,96	50,61
<b>Fluxos das actividades de investimento [2]</b>		<b>-18 505,92</b>	<b>-3 297,44</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		62 764,27	278 000,00
Outras operações de financiamento		62 764,27	278 000,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-62 764,27	-428 000,00
Juros e gastos similares	7	-2 440,09	-3 787,80
Outras operações de financiamento		-65 204,36	-431 787,80
<b>Fluxos das actividades de financiamento [3]</b>		<b>-2 440,09</b>	<b>-153 787,80</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>		<b>-32 145,27</b>	<b>-62 003,49</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
Caixa e seus equivalentes no início do período		35 515,44	97 518,93
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 370,17	35 515,44

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019

O Contabilista Certificado

*Valdemar Jorge Azevedo Veloso*  
Valdemar Jorge Azevedo Veloso

O Conselho de Administração

*Bruno Alberto Vieira Fernandes*  
Bruno Alberto Vieira Fernandes

*Maria Gabriela Cunha Baptista Rodrigues Fonseca*  
Maria Gabriela Cunha Baptista Rodrigues Fonseca

*Jose Manuel Costa da Silva*  
Jose Manuel Costa da Silva

Póvoa de Lanhoso, 30 de Abril de 2020

## Anexo às Demonstrações Financeiras

*[Handwritten signature]*

em 31 de dezembro de 2019

(Montantes expressos em euros)

As Notas 4, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 21 e 22 em conformidade com o normativo, no entanto, não são aplicáveis à entidade.

*[Handwritten signature]*

### 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

A EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave é uma Empresa Municipal, classificada como EPR (Empresa Pública Reclassificada), detida a 100% pelo Município da Póvoa de Lanhoso, sediada na Avenida da República da Póvoa de Lanhoso, foi constituída em 1999 em aplicação pelo Decreto-Lei Nº4/98, e tem a sua sede social em Av. Bombeiros Voluntários 4830-514 Póvoa de Lanhoso.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo *Conselho de Administração*, na reunião de 11 de Maio de 2020. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal e na alínea c) do nº1 do artigo 25º da Lei 50/2012. As Contas Consolidadas podem ser obtidas na sede do Município da Póvoa de Lanhoso, na Avenida da República.

O *Conselho de Administração* entende que estas demonstrações financeiras referentes ao período contabilístico de 2019 refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da escola, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 192/2015, de 13 de setembro, alterado pelo decreto-lei nº 85/2016 de 21 de dezembro e de acordo com a estrutura conceptual da informação financeira, normas contabilísticas públicas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro 2019, nos termos da Portaria nº218/2016 de 9 de agosto, aplicando-se à EPAVE o Regime Simplificado das Pequenas Entidades.

### 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, são as seguintes:

#### 2.1. Bases de mensuração usada na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da escola, de acordo com as Normas Contabilísticas Públicas e de Relato Financeiro vigentes em Portugal no exercício de 2019.



*Handwritten signatures and initials:*  
 [Signature]  
 [Signature]  
 [Initials]

## 2.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

### 2.2.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, o qual inclui o gastos de compra, quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de amortizações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e Outras Construções	20
Equipamento Básico	5-20
Equipamento de Transporte	4
Equipamento Administrativo	4-10
Ferramentas e Utensílios	3-6

A vida útil e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são registadas como gastos no período em que incorrem.

O ganho ou a perda resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação, ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

### 2.2.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Licenças Software	3

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

### 2.2.3. Locações

As locações são classificadas como financeiras, sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos, reconhecidos como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

### 2.2.4. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato, é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, da instituição, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre o justo valor deduzido de custos para vender e o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados, usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e, quanto aos riscos específicos do ativo relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

reversões  
BA  
J.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existam ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

#### 2.2.5. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a escola se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCP 18 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros seguintes são mensurados ao custo menos perdas por imparidade:

- Ativos e passivos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários, incluindo os em moeda estrangeira;
- Contratos para conceder ou contrair empréstimos.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só são incluídos na mensuração inicial do ativo financeiro ou passivo financeiro, quando este seja mensurado ao custo menos perda por imparidade.

#### 2.2.6. Imparidade de ativos financeiros

Em cada data de relato, é avaliada a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a entidade reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

A perda por imparidade é a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retomo de mercado corrente para um ativo financeiro semelhante.

#### 2.2.7. Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A instituição desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A instituição desreconhece o passivo financeiro apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

## 2.2.8. Rendimentos de Transações sem contraprestação

Os subsídios do POCH e CMPVL (Contratos-Programa) apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a instituição irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações ou amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tomam recebíveis.

## 2.2.9. Rendimentos de Transações com Contraprestação

O rendimento é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rendimento reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rendimento proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A instituição não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rendimento pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a instituição;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rendimento proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rendimento pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a instituição;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rendimento de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a instituição e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

## 2.2.10 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas



Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas referem-se às vidas úteis dos ativos fixos tangíveis que foram determinadas tendo por base os critérios do Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, entendendo a gerência que os mesmos representam a melhor estimativa da utilidade esperada do ativo para a entidade.

#### 2.2.11. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde aos impostos correntes.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da instituição. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

#### 2.2.12. Provisões

As provisões são registadas quando a instituição tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.



reconhecidos  
+ 10

### 2.2.13. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

### 2.2.14. Especialização de exercícios

A escola regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

### 2.2.15. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*“adjusting events”* ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (*“non adjusting events”* ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

## 3 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 2019 e em 2018 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

*Reaberto 25*  
*FN*  
*+*

2019

	Programas de Computadores e Pagina Web	Total
<b>Ativos</b>		
Saldo inicial	14 635,77	14 635,77
Aquisições	3 683,85	3 683,85
Saldo final	18 319,62	18 319,62
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas</b>		
Saldo inicial	9 295,84	9 295,84
Amortizações do exercício	3 164,20	3 164,20
Saldo final	12 460,04	12 460,04
<b>Ativos líquidos</b>	<b>5 859,58</b>	<b>5 859,58</b>

2018

	Programas de Computadores e Pagina Web	Total
<b>Ativos</b>		
Saldo inicial	12 520,17	12 520,17
Aquisições	2 115,60	2 115,60
Saldo final	14 635,77	14 635,77
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>		
Saldo inicial	6 376,73	6 376,73
Amortizações do exercício	2 919,11	2 919,11
Saldo final	9 295,84	9 295,84
<b>Ativos líquidos</b>	<b>5 339,93</b>	<b>5 339,93</b>

Os ativos intangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, conforme referido na nota 2. A amortização do período encontra-se apresentada nos quadros anteriores.

**4 - ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE**

Não Aplicável

**5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

Durante os exercícios findos em 2019 e em 2018 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2019

	Edifícios e outras construções	Equipamentos Básicos	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos tangíveis	Total
<b>Ativos</b>						
Saldo inicial	1 329 490,39	529 402,45	30 609,92	82 961,92	1 020,00	1 973 484,68
Transferências					(1 020,00)	(1 020,00)
Aquisições		18 325,13				18 325,13
Saldo final	1 329 490,39	547 727,58	30 609,92	82 961,92	-	1 990 789,81
<b>Depreciação acumuladas e perdas por imparidade acumuladas</b>						
Saldo inicial	821 505,19	527 059,32	30 609,92	71 920,66		1 451 095,09
Transferência entre contas						-
Depreciação do exercício	37 605,15	5 168,56				42 773,71
Saldo final	859 110,34	532 227,88	30 609,92	71 920,66	-	1 493 868,80
<b>Ativos líquidos</b>	470 380,05	15 499,70	-	11 041,26	-	496 921,01





2018

*Recebidos*

*Bih f.*

	Edifícios e outras construções	Equipamentos Basicos	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos tangíveis	Total
<b>Ativos</b>						
Saldo inicial	1 329 490,39	525 341,91	30 609,92	83 084,91	1 020,00	1 969 547,13
Transferências		1 142,99		(122,99)	(1 020,00)	-
Aquisições		2 917,55				2 917,55
Saldo final	1 329 490,39	529 402,45	30 609,92	82 961,92	-	1 972 464,68
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>						
Saldo inicial	783 899,99	517 341,10	30 609,92	75 030,12		1 406 881,13
Transferência entre contas		3 109,46		(3 109,46)		-
Depreciações do exercício	37 605,20	6 608,76				44 214,00
Saldo final	821 505,19	527 059,32	30 609,92	71 920,66	-	1 451 095,09
<b>Ativos líquidos</b>	507 985,20	2 343,13	-	11 041,26	-	521 369,59

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, conforme referido na nota 2. As depreciações do exercício são apresentadas nos quadros anteriores.

## 6 - LOCAÇÕES

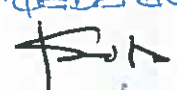

### Locações operacionais

Em 2019 a escola foi locatária em contratos de locação operacional, realizou-se um contrato de arrendamento do edifício com o Município da Póvoa de Lanhoso no valor mensal de 10.000€ por um período de 5 anos.

	Pagamentos mínimos nao canceláveis	
	2019	2018
Até 1 ano	120 000,00	200 000,00
Entre 1 ano e 5 anos	280 000,00	400 000,00
	<u>400 000,00</u>	<u>600 000,00</u>

Relativamente aos Fornecimentos e Serviços Externos de referir que as rendas entre as quais as do edifício tem representatividade na rubrica mencionada.

	2019	2018
62 - Outros	224 987,22	198 043,74
6261 - Rendas e Algueres	123 799,77	85 105,41
	<u>348 786,99</u>	<u>283 149,15</u>

aprobado  
  


### Locações financeira

No ano de 2019 a EPAVE outorgou 2 contratos de locação financeira no sentido de dotar a escola de meios necessários de informática, a necessidade de adquirir uma Servidor para substituição do anterior que estava obsoleto e a necessidade de reformular o contrato de máquinas de impressão.

Neste seguimento, em 2019, existe um contrato de locação financeira para um Servidor novo, cuja mensal ascende a 334,95€ por um período de 2 anos e um outro para as máquinas de impressão, num valor mensal de 223,80€ por um período de 3 anos. Os valores foram capitalizados pelos pagamentos mínimos da locação, calculados de acordo com os contratos outorgados, na rubrica de Ativos Fixos Tangíveis, apresentados na Nota 5 deste Anexo às contas. Os valores capitalizados relacionados com estes equipamentos podem ser apresentados da seguinte forma:

	2019		
	Custo Aquisição	Depreciações/ perdas imp. acumuladas	Montante líquido
Equipamento de impressao	5 731,80	191,06	5 540,74
Equipamento de Servidor	5 744,69	1 148,94	4 595,75
	<u>11 476,49</u>	<u>1 340,00</u>	<u>10 136,49</u>

Em 2018 não existiam Ativos adquiridos em locação Financeira.

O valor em dívida dos pagamentos mínimos da locação à data de 31-12-2019, podem ser apresentados da seguinte forma:

	2019
Até 1 ano	4 843,43
Entre 1 ano e 5 anos	3 930,96
Valor presente dos pagamentos mínimos	<u>8 774,39</u>

**7 – CUSTO DE EMPRESTIMOS OBTIDOS**

**Financiamentos obtidos**

Não existem financiamentos obtidos que estejam a ser utilizados, para além dos relacionados com as Locações Financeiras apresentadas na Nota 6 anterior. Todavia, existe uma conta caucionada negociada junto do Novo Banco, podendo o detalhe ser apresentado da seguinte forma:

	Entidade Financiadora	2019		2018			
		Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado	
			Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente
<b>Instituições financeiras:</b>							
Empréstimos bancários:							
Novo Banco - Conta Caucionada	NB	200 000,00	-	200 000,00	-	-	-
		<u>200 000,00</u>	-	<u>200 000,00</u>	-	-	-

A Conta Corrente Caucionada do Novo Banco foi reformulada durante o ano de 2019, conseguindo assim uma redução da taxa de juros contratualizados para “Euribor a 3 meses” acrescida de um “spread” de 1,00%. Para obtenção da linha de crédito foi emitida, como colateral, uma Carta Conforto do Município da Póvoa de Lanhoso.

De verificar que a Conta Corrente Caucionada se manteve à data de 31 de dezembro nos anos de referencia sem valores utilizados.

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercicios findos em 2019 e 2018 são detalhados conforme se segue:

	2019		2018	
Juros suportados				
Financiamentos bancários	5,31		3 424,19	
Locações financeiras	1 914,78			
Outros serviços bancários	520,00	2 440,09		3 424,19

**8 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO**

Não Aplicável

**9 – IMPARIDADES DE ATIVOS**

Não Aplicável

## 10 – INVENTÁRIOS

Não Aplicável

*[Handwritten signature]*

## 11 – AGRICULTURA

Não Aplicável

## 12 – CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Não Aplicável

## 13 – RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

As únicas transações com contraprestação estão relacionadas com as atividades de secretaria da escola e com a reprografia. Os rendimentos destas duas atividades nos exercícios de 2019 e 2018 podem ser apresentados da seguinte forma:

	2019	2018
Rendimentos suplementares	14 453,18	14 617,51
Serviços de Secretaria	1 487,50	3 300,00
Serviços de Reprografia e Bar	12 965,68	11 317,51

## 14 – RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

**Réditos de transferências:**

Durante o exercício findo em 2019 e 2018 a escola beneficiou dos seguintes subsídios:



*[Handwritten signature]*  
*BA*  
*+*

Subsidio	2019				
	Valor Reconhecido	Valor recebido	Valor Adiantamento por conta	Valor Reemb. Submetido	Valor por receber
<b>Subsídios à exploração:</b>					
Subsídios POCH	924 436,78	936 965,58	281 960,95	1 707,12	298 558,72
Subsídios Erasmus +	53 926,00	20 209,40			
Subsídios CPN 15%	162 776,19			489 701,79	53 629,33
	<b>1 141 138,97</b>	<b>957 174,98</b>	<b>281 960,95</b>	<b>491 408,91</b>	<b>352 188,05</b>

Subsidio	2018				
	Valor Reconhecido	Valor recebido	Valor Adiantamento por conta	Valor Reemb. Submetido	Valor por receber
<b>Subsídios à exploração:</b>					
Subsídios POCH	947 524,95	1 094 540,23	229 603,79		256 621,21
Subsídios Erasmus +	38 950,00		33 716,60		
Subsídios CPN 15%	168 330,91		24 320,29	360 928,08	45 963,41
	<b>1 154 805,86</b>	<b>1 094 540,23</b>	<b>287 640,68</b>	<b>360 928,08</b>	<b>302 584,62</b>

Os subsídios à exploração estão sujeitos à submissão de pedidos de Reembolso/ Saldo Final, assim no termo da candidatura do triênio de 2016-2019 foi submetido a apreciação o saldo final, que até à data ainda não foi analisado. Neste sentido, adotamos uma política de reconhecimento do rédito correspondente em face de uma estimativa plausível, ou seja, analisando número de alunos e volume de formação no sentido de registar a melhor estimativa de rédito a ser aprovado em saldo final.

### 15 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Não Aplicável

### 16 – EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Não Aplicável

X  
f.

## 17 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Após 31 de Dezembro de 2019 e até à presente data não foi registada a ocorrência de factos que possam afetar direta ou indiretamente as condições de equilíbrio económico e financeiro da empresa, ou que afetem de forma materialmente relevante as demonstrações financeiras e os resultados apresentados. Todavia, face à Pandemia do COVID 19, entende-se dever divulgar a informação que consta no parágrafo seguinte.

No momento da emissão deste relatório, o mundo vive uma situação de Pandemia, que levou a um estado de emergência decretado pelo Estado português. Este estado de emergência levou ao encerramento de escolas desde o dia 13 de março de 2020, situação que acarretou para as escolas uma necessidade de reinventar novos métodos de ensino desafiantes para todos os intervenientes. Apesar destes constrangimentos, a EPAVE tem conseguido ministrar a formação, por diversos meios tecnológicos através de plataformas informáticas. Nas situações de carência económica dos alunos, a EPAVE disponibilizou meios tecnológicos, como computadores portáteis e hotspots. A EPAVE, no momento, está a rentabilizar a plataforma de Gestão Escolar, de modo a integrar o TEAMS, para uma maior fiabilidade e segurança na interação com os alunos. Acrescente-se ainda que entidade financiadora disponibilizou no seu site diretrizes no sentido de orientar as escolas no ensino à distância, tendo as mesmas que recolher evidências da formação ministrada à distância. Todavia, não é expectável qualquer impacto material na atividade desenvolvida e no financiamento da mesma.

## 18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### Capital social

Em 2019, o capital da escola, totalmente subscrito e realizado, era composto por uma quota do Município da Póvoa de Lanhoso com o valor total de 20.000,00 Euros.

### Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da escola, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 2019 e 2018 a reserva legal ascendia a 10.933,65 €.

### Resultados Transitados

Com a incorporação do resultado líquido de 2019 esta conta apresenta um saldo positivo de 256.400,47€ (2018 – 189.514,75€).

*Bebeickes*  
*K*  
*f.*

### Subsídios ao Investimento

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a escola beneficiou dos seguintes subsídios:

	2019		
	Valor Bruto	Imputação	
		Acumulada a Resultados	Saldo Subsídios Atribuídos
Concurso Infraestruturas 1997	224 459,08	194 998,84	29 460,24
Concurso Infraestruturas 2005	851 775,42	515 909,87	335 865,55
Concurso Infraestruturas 2006 - Factoring	247 915,90	142 861,62	105 054,28
Obras Auditório	5 340,00	5 340,00	0,00
Medida 1.5 - Reequipamento Escolas	25 433,70	25 433,70	0,00
	<u>1 354 924,10</u>	<u>884 544,03</u>	<u>470 380,07</u>

	2018		
	Valor Bruto	Imputação	
		Acumulada a Resultados	Saldo Subsídios Atribuídos
Concurso Infraestruturas 1997	224 459,08	192 754,25	31 704,83
Concurso Infraestruturas 2005	851 775,42	488 606,60	363 168,82
Concurso Infraestruturas 2006 - Factoring	247 915,90	134 804,34	113 111,56
Obras Auditório	5 340,00	5 340,00	0,00
Medida 1.5 - Reequipamento Escolas	25 433,70	25 433,70	0,00
	<u>1 354 924,10</u>	<u>846 938,89</u>	<u>507 985,21</u>

### Contas a Pagar:

Em 2019 e em 2018 as rubricas "adiantamentos de clientes, fornecedores e outras contas a pagar" apresentavam a seguinte composição: